Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 03/2026

4 a 17 de março de 2026

Sumário Executivo

Num mundo assolado por guerras, mortes, feridos, sequelados e territórios arrasados, não há como deixar de ter este tema dramático como foco central num Caderno quinzenal que trata da saúde global e da diplomacia da saúde. Pois os impactos sobre a saúde humana e planetária são profundamente nocivos e estão amplamente documentados.

A **Organização Mundial da Saúde**, cumprindo seu indelegável papel da autoridade sanitária mundial, acompanha as diversas situações que se apresentam, procurando manter seus estafes e o mundo mobilizados para reduzir ao máximo as consequências das guerras sobre a saúde humana e planetária.

A *OMS*, por meio da *EMRO (Região do Mediterrâneo Ocidental*) emitiu, a 11/03, o primeiro informe de situação sobre o conflito no Oriente Médio https://www.emro.who.int/images/stories/eha/ME-Sitrep-1-11-March-26.pdf, no qual reporta que 21 países estão afetados globalmente, 14 países na região e 115 milhões de pessoas já precisavam de assistência humanitária antes desta escalada atual (quase 50% de todas as pessoas necessitadas no mundo). As autoridades nacionais reportam 1.255 mortes e mais de 15.100 feridos no Irã, e 634 mortes e mais de 1.586 feridos no Líbano. A OMS verificou 18 ataques a serviços de saúde no *Irã,* resultando em 8 mortes, e 25 ataques no *Líbano,* resultando em 16 mortes e 29 feridos, o que prejudicou ainda mais os respectivos sistemas de saúde.

As estimativas atuais indicam que mais de 100 mil pessoas foram realocadas para outras áreas do *Irã* e mais de 800 mil foram deslocadas no *Líbano,* muitas abrigadas em centros de acolhimento coletivos superlotados, em condições de saúde pública precárias (ver o artigo de ***França e colegas***).

Também se verificam importantes riscos à *saúde ambiental* (ver, a respeito, o artigo de ***Galvão e Magalhães***). Instalações de armazenamento de petróleo e refinarias no Irã foram atingidas, provocando incêndios e aumentando as preocupações com a qualidade do ar e os riscos associados à saúde pública. Relatos adicionais de ataques à infraestrutura petrolífera no Bahrein e na Arábia Saudita aumentam as preocupações com uma exposição regional mais ampla à poluição. Incêndios em instalações petrolíferas liberam poluentes tóxicos que podem afetar a saúde respiratória e contaminar o ar e a água.

No *Território Palestino Ocupado* a situação continua crítica. Em *Gaza*, a maioria das passagens para entradas permanece fechada, restringindo a entrega de assistência humanitária. As transferências de pacientes necessitados permanecem suspensas desde 28 de fevereiro. Apenas uma passagem foi reaberta, em 3 de março, permitindo a entrada de combustível e suprimentos humanitários. A população continua sofrendo de fome e desnutrição. Os parceiros da área da saúde em Gaza estão priorizando o atendimento de emergência e trauma, os serviços materno-infantis e o controle de doenças transmissíveis, pois o combustível para gerar eletricidade necessária ao funcionamento dos serviços de saúde é absolutamente escasso e sua entrada autorizada é muito reduzida.

Na *Cisjordânia,* a OMS reporta restrições de circulação e fechamento de postos de controle, que atrasam o acesso de ambulâncias e clínicas móveis, bem como o transporte de pacientes. Unidades de saúde em áreas críticas relatam escassez aguda de medicamentos para traumas e anestésicos, assim como estoque zerado de insulina e medicamentos para hipertensão. Com o aumento das necessidades de saúde mental, a escassez de medicamentos psicotrópicos também é motivo de grande preocupação.

O informe da OMS traz ainda informações sobre as situações no Iraque, Síria, Arábia Saudita, Kwait, Barein, Oman e Catar.

Em 14/03, Tedros Adhanom, DG da OMS, lamentou pelo X Tedros Adhanom Ghebreyesus no X: "The killings in the last 24 hours of 14 health workers in southern #Lebanon mark a tragic development in the escalating Middle East crisis. @WHO has confirmed that 12 doctors, paramedics and nurses were killed in a strike late last night on the Bourj Qalaouiyeh primary https://t.co/SXazI9XBai" / X, o "assassinato" de 14 profissionais de saúde nas últimas 24 horas no sul do país, o que representa "um desenvolvimento trágico na escalada da crise no Oriente Médio." Foram 12 médicos, paramédicos e enfermeiros mortos em um ataque na noite de 13/03 ao centro de saúde primária de Bourj Qalaouiyeh, e 2 paramédicos em ataques a uma unidade de saúde em Al Sowana. De acordo com o direito internacional humanitário, o pessoal e as instalações médicas jamais devem ser atacados ou militarizados. Para Tedros, a intensificação do conflito no Líbano e no Oriente Médio em geral aumenta a probabilidade de tragédias como essa e propugna uma ação urgente para reduzir a escalada da crise e proteger a saúde das pessoas em toda a região.

Alvos civis estão sendo proposital ou acidentalmente atacados. O *New York Times* confirmou que peritos atribuíram aos Estados Unidos o terrível ataque a uma escola no Irã que matou cerca de 170 pessoas, a maioria crianças, num dos episódios mais dramáticos dessa guerra insana até o momento.

Revistas médicas de referência também procuram explicar a situação no Oriente Médio e levantam protestos contundentes, a exemplo do *The Lancet,* por meio de editorial de seu editor-chefe *Richard Horton* Offline: The human consequences of Epic Fury; do *British Medical Journal*, por meio de sua editora internacional *Jocalyn Clark* Peace, come closer | The BMJ; e do *European Journal of Public Health,* por meio do editorial de *Tiago Correia e outros* https://academic.oup.com/eurpub/article/36/2/ckag043/8524026

A revista *The Lancet* sistematiza e afirma que impactos de guerras na saúde são drásticos: destruição de instalações, deslocamento, fome, pobreza e interrupção do atendimento para doenças não transmissíveis, saúde materna e saúde infantil. Os conflitos também impulsionam a securitização da saúde, restringindo o acesso a dados, politizando a vigilância e limitando a pesquisa independente e a sociedade civil. Essas dinâmicas enfraquecem os sistemas institucionais necessários para a sustentabilidade da saúde pública (ver: https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(25)02596-6.pdf e https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(25)02596-6/fulltext)

No *plano geopolítico*, a guerra se alastrou enormemente, sugando mais e mais países para o conflito, inclusive alvorotando a Europa. O aiatolá Khamenei e chefes militares iranianos foram eliminados nos primeiros bombardeios. Entretanto, o regime ditatorial iraniano já recompôs seu poder político e militar, indicando como líder máximo o filho do aiatolá eliminado, Mojtaba Khamenei. Para analistas políticos, o novo aiatolá e as mortes de altos dirigentes nos últimos dias significa endurecimento da resistência e resposta iraniana com a ampliação da "jihad", em nome dos mártires e na defesa da soberania do país – incluindo o aumento dos ataques a Israel, às bases militares dos EUA e instalações de petróleo e gás, força à radical

Guarda Revolucionária e permanência do fechamento do estreito de Ormuz. O preço do petróleo já passa dos USD 100, mesmo com a liberação de fartos estoques estratégicos mundiais. Trump levantou as sanções contra a Rússia para comprar petróleo e tentar conter os preços globais, o que "assombrou" a Europa. Contudo, a crise energética no Ocidente se aprofunda e os impactos sobre a inflação e a economia no mundo inteiro já se fazem sentir. O governo brasileiro tomou medidas para mitigar o impacto sobre a inflação no Brasil, com reduções nos impostos sobre o diesel, entre outras medidas.

Dezenas de países, incluindo o Brasil, continuam protestando contra a guerra e pedindo moderação e negociações. Contudo, as reuniões do Conselho de Segurança da ONU têm sido utilizadas apenas para ataques mútuos entre as potências, Israel, o Irã etc.

Senhor absoluto da Guerra no Oriente Médio, além de abrir e manter aquelas novas frentes de guerra, o governo sionista de *Netanyahu* continua com apoio total para implementar a limpeza étnica e a ocupação definitiva da faixa de *Gaza*, o fortalecimento da colonização da *Cisjordânia*, e a permanência das forças israelenses nos territórios palestinos ocupados. Entretanto, a questão da palestina, em Gaza e na Cisjordânia, não pode ser ofuscada pela frente de guerra aberta no Irã, Líbano e em outros 15 países. Quanto ao *Conselho da Paz de Trump para Gaza*, nem Lula, nem o Papa Leão XIV, ambos convidados, aceitaram o convite para integrá-lo.

Por outro lado, a guerra no Oriente Médio e envolvimentos militares do governo Trump mundo afora estão cada vez mais impopulares nos EUA (e também em Israel, com a ampliação da guerra na região). As iniciativas militares de Trump no Oriente Médio testam a unidade do movimento MAGA em ano de eleições de meio de mandato nos EUA, em novembro, pois suas bases mais tradicionais criticam o envolvimento externo do governo, em detrimento da priorização de políticas internas.

Uma questão crítica é como reagirão Trump e Netanyahu diante: da surpreendente resistência dos iranianos, com sua "guerra tática" de resistência, que levou Trump a "convocar" tradicionais aliados ocidentais a enviar navios à Ormuz, entrando assim no principal teatro da guerra; das oposições internas que crescem nos EUA e Israel; das oposições internacionais, de países afetados pela inflação proveniente da elevação dos preços do petróleo, com mais ênfase dos países do Golfo, que estão vendo suas economias em crescente paralisação; e dos imensos custos financeiros da guerra para EUA e Israel, com progressos militares aquém do esperado.

A gravidade da situação no Oriente Médio é tamanha que ofuscou *outras guerras* em curso, como, por exemplo, aquela que estalou entre *Paquistão e Afeganistão*; e a sangrenta *guerra na Ucrânia*, que seria resolvida nos primeiros meses, segundo declarava Trump ao assumir, e que completou 4 anos, com milhares de vítimas e sequelados.

O que dizer, então, das guerras que continuam ceifando vidas e gerando sofrimentos em regiões menos nobres, politicamente, como os conflitos de brutais impactos humanitários nas *guerras esquecidas no continente africano*, particularmente no Sahel, e em especial no Sudão, sobre o qual a OMS tem feito alertas e pedidos candentes, face à imensa crise humanitária no país, depois de mais de 1.000 dias de guerra ininterrupta (ver: https://www.who.int/emergencies/situations/sudan-emergency e https://www.who.int/news/item/09-01-2026-sudan-1000-days-of-war-deepen-the-world-s-worst-health-and-humanitarian-crisis). ***Silva e colegas*** analisam o surgimento de grupos islâmicos radicais e violentos na África, alertando para o impacto sobre a saúde humana e ambiental.

O Sudão vive a pior crise humanitária do mundo. Desde abril de 2023, os intensos combates no país levaram à violência, deixando 11 milhões de pessoas necessitando de cuidados médicos urgentes. A insegurança torna a prestação de cuidados de saúde cada vez mais difícil. Mais de dois terços dos principais hospitais nas áreas afetadas estão fora de serviço, e os que ainda funcionam correm o risco de fechar devido à escassez de pessoal médico, suprimentos, água potável e eletricidade. Os repetidos ataques a serviços de saúde impedem que pacientes e profissionais de saúde cheguem aos hospitais e recebam tratamento, sendo as instalações de saúde, os armazéns de medicamentos, o transporte de suprimentos e os próprios profissionais de saúde alvos frequentes. O sistema de vigilância epidemiológica também foi afetado, representando um sério desafio para a detecção e confirmação de surtos de doenças infecciosas. O BMJ informa que equipes das Nações Unidas alertam que "o conflito no Sudão tem "'sinais marcantes de genocídio'" Sudan conflict has "hallmarks of genocide", UN team warns | The BMJ.

Milhões de pessoas foram deslocadas desde o início do conflito, tanto dentro do Sudão quanto em países vizinhos, para onde fugiram em busca de segurança, como Chade, República Centro-Africana, Egito, Etiópia e Sudão do Sul. A OMS informa que, junto com parceiros, está trabalhando intensamente em todos estes países, visando coordenar a resposta sanitária, reforçar a vigilância epidemiológica e distribuir suprimentos médicos essenciais às pessoas necessitadas, apesar das dificuldades de acesso e da insegurança. A OMS também está trabalhando em estreita colaboração com as autoridades de saúde dos países anfitriões para fornecer assistência médica aos deslocados.

Geopolítica global além das guerras

Para impor sua doutrina (Don)roe na "nossa América" (ver: *Estratégia de Segurança Nacional dos EUA* https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf), Trump convocou a Cúpula de líderes aliados da ALC, denominada *Escudo das Américas,* em reunião realizada a 7/03, no seu clube de golfe em Doral, próximo a Miami. O encontro visou estabelecer o "*Acordo de Mar-a-Lago*", que propõe apoio militar, reestruturação de dívidas e acesso ao mercado americano aos países que se alinharem às políticas dos EUA. Entre as principais alegações estava a organização de uma coalizão contra o crime organizado, o narcotráfico e a imigração ilegal. Milei, Kast, Noboa e outros líderes da direita da região compareceram à Cúpula. Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Claudia Sheinbaum (México) não foram convidados, evidenciando uma seleção baseada em alinhamento político.

Segundo *Janaína Figueiredo*, especialista em ALC de *O Globo*, o "Escudo" de Trump contra o narcoterrorismo e o crime organizado aumenta o risco de intervenções militares dos EUA em países da ALC. A decretação unilateral pelo Executivo americano de grupos de traficantes e organizações criminosas como grupos terroristas autoriza inclusive invasões militares em territórios de outros países. Ficam nossas perguntas que não querem calar: o que está fazendo o mesmo executivo para conter o consumo de drogas em território americano, o maior mercado de drogas do mundo, que assanha os traficantes? E o que está fazendo para impedir a venda de armas fabricadas na indústria armamentista dos EUA para estes grupos da ALC?

O Congresso do Paraguai aprovou em março de 2026 um polêmico acordo de defesa com os EUA, denominado SOFA (Status of Forces Agreement). O tratado permite a presença temporária de tropas, civis e contratantes americanos, oferecendo imunidades diplomáticas, livre trânsito e jurisdição penal própria aos militares dos EUA, visando combater o narcotráfico e o crime organizado, sancionado pelo presidente Santiago Peña. Conhecendo-se o documento

de segurança e de defesa dos EUA antes mencionados e os comportamentos militares agressivos do governo Trump na região, o SOFA passa a ser uma séria ameaça de ruptura com um dos mais admirados acordos regionais, o que estabelece a América do Sul como *zona de paz* baseada na ausência de conflitos armados entre países e sustentada por mecanismos de cooperação regional, como a *Proclamação da América Latina e Caribe como Zona de Paz* (CELAC, 2014) e a *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul* (ZOPACAS, 1986).

Ademais, temos seguidores fervorosos de Trump na ALC. Milei, com suas melenas e comportamentos esquisitos, é o exemplo mais bem acabado deste triste mimetismo. Na política internacional, acompanhou Trump, em fevereiro de 2025, *afastando a Argentina da OMS,* decisão que foi confirmada um ano depois, em março de 2026, pelo ministro das Relações Exteriores, Pablo Quirno. A *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG)* divulgou nota na qual ressalta a histórica participação da região no multilateralismo regional e global, desde o início da existência da OMS, em 1948, e o grave que é o governo de um país, com as tradições internacionais da Argentina, abandonar um espaço tão vital para coordenar ações interpaíses no enfrentamento de problemas de saúde que não podem ser resolvidos por um país, caso das pandemias como a Covid-19.

Tudo indica que os movimentos dos EUA na região se voltarão cada vez mais contra **Cuba**, como já comentamos em fascículos anteriores. Sofrendo restrições brutais (do acesso à petróleo a alimentos e medicamentos) os cubanos sinalizam com abertura para negociações, segundo a imprensa internacional. Após um embargo comercial de mais de três décadas, condenado por inúmeras resoluções da *Assembleia Geral da ONU* no transcorrer desse período, a situação se agravou depois do sequestro de Maduro pelos EUA e a proibição de a Venezuela continuar enviando petróleo a Cuba. *Países* como México e Brasil enviado ajuda humanitária, com alimentos, medicamentos e outros itens, por meio das Nações Unidas. Em diversos países, *movimentos sociais* organizam coletas para ajuda humanitária ao povo cubano. A *fragmentação política da ALC* tem sido barreira importante para uma atuação coordenada dos países da região, assim como as ameaças dos EUA a quem ousar ajudar o pequeno país caribenho. O Secretário de Estado dos EUA, *Marco Rubio*, insiste que os acenos de negociação e medidas tomadas pelo regime cubano são insuficientes e *Trump* disse que será uma honra tomar Cuba, pasmem!

Na **Colômbia**, a população foi às urnas em 08/03 para escolher um novo Congresso, em eleições que serviram como termômetro político antes da disputa presidencial marcada para 31 de maio. O Pacto Histórico, coalizão de esquerda liderada pelo presidente Gustavo Petro, conquistou 25 das 103 cadeiras do Senado (22,7% dos votos), ampliando sua representação em relação às eleições anteriores, quando obteve 4 cadeiras a menos. Em seguida, aparecem com os melhores resultados o Centro Democrático, do ex-presidente Álvaro Uribe, (com 17 cadeiras), o Partido Liberal Colombiano (com 13) e a Aliança pela Colômbia (com 11). Na Câmara dos Representantes, o cenário foi mais favorável para a centro-direita, apesar de nenhum partido ter conquistado a maioria. O Centro Democrático conquistou 13,53% dos votos, seguido pelo Partido Liberal Colombiano (11,13%), o Partido Conservador (10,4%) e o Pacto Histórico (4,8%).

A fragmentação do Congresso indica que o próximo governo precisará construir amplas coalizões para avançar com reformas e políticas públicas. Para o presidente Petro, “é inegável que o Pacto venceu as eleições para o Congresso; no entanto, sem maioria absoluta, deve manter a ideia de uma ampla Aliança pela Vida e Prosperidade”, declarou nas redes sociais.

No domingo, também foram realizadas as prévias partidárias que definiram os candidatos ao pleito presidencial: senadora Paloma Valencia, do Centro Democrático, candidata

do campo conservador; a ex-prefeita de Bogotá Claudia López, da Alianza Verde (bloco de centro); senador Roy Barreras, da Frente pela Vida; Sergio Fajardo, do Compromiso Ciudadano; e Abelardo de la Espriella, do partido Defensores de la Patria.

Iván Cepeda, candidato do Pacto Histórico, garantiu sua indicação nas prévias com cerca de 1,5 milhão de votos. Ele afirmou: "Somos a principal força política na Colômbia, mais influente, e a que tem a maior bancada hoje no Senado e na Câmara dos Representantes".

Saúde global e diplomacia da saúde

Em Saúde Global, a estratégia dos EUA é intitulada *America First Global Health Strategy* (ver: https://www.state.gov/wp-content/uploads/2025/09/America-First-Global-Health-Strategy-Report.pdf). Anunciada com alarde pelo Departamento de Estado (não pelo Departamento de Saúde) tem recebido críticas em diversas cláusulas (ver: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(26)00352-1/fulltext; e America First Global Health Strategy – Bilateral Agreements on Global Health Cooperation – United States Department of State) e pode estar começando "a fazer água". As cláusulas relativas ao compartilhamento de dados e outras condições em novos acordos bilaterais entre os EUA e vários países africanos, por exemplo, têm gerado críticas (ver: US global health deals falter over sovereignty concerns e https://cebes.org.br/dolares-por-dados-eua-condicionam-auxilio-saude-ao-controle-de-informacoes-na-africa/41154/). Na ALC, os países Panamá, Honduras, Guatemala, El Salvador e República Dominicana já teriam firmado acordos bilaterais com os EUA sob a égide da *Estratégia*, possivelmente com prejuízos à vista.

De outro lado, Ilona Kickbusch alerta em comentário no BMJ que A Europa tem maior responsabilidade na OMS sem os Estados Unidos | O BMJ. Para ela, uma OMS sem os EUA faz da Europa a força central no multilateralismo global de saúde — e não a China. Se os Estados-membros da OMS trabalharem juntos, podem evitar uma nova rivalidade entre grandes potências na saúde global. (...) O papel da Europa será proteger o caráter multilateral da OMS sem substituir a dominação dos EUA pela dominação europeia. Não há necessidade de um novo *hegemon* em um mundo de poder distribuído. A OMS exige uma governança melhor no geral, não o controle por poucos. A Europa pode moldar ativamente uma OMS mais forte, responsável e sustentável e construir uma nova aliança global de saúde de potências médias de todo o mundo.

Sistema das Nações Unidas

No sistema das Nações Unidas teremos *duas eleições* de grande importância em 2026, para inícios de mandatos em 2027: a de *Secretário-Geral da ONU* e a de *Diretor-Geral da OMS.*

Para o cargo de *Secretário(a)-Geral (SG),* segundo a presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Annalena Baerbock, já estão declaradas cinco candidaturas: Michelle Bachelet, do Chile; Virginia Gamba, da Argentina; Rafael Mariano Grossi, da Argentina; Rebeca Grynspan, da Costa Rica; e Macky Sall, do Senegal. Ela anunciou que a AGNU prepara *diálogos interativos* com o(a)s candidato(a)s a SG, na terceira semana de abril. Cada postulante terá uma sessão de três horas para apresentar visão, declaração financeira e responder perguntas, embora novas candidaturas são esperadas até 1 de abril, prazo final para a submissão de candidaturas (ver: https://news.un.org/pt/story/2026/03/1852636).

Há razões fortes para se admitir que candidatas mulheres, originárias da América Latina, têm chances diferenciadas para vencer as eleições. O processo começa com indicações dos Estados-membros, seguido de votações informais (sondagens) pelo Conselho de Segurança até haver consenso. O candidato precisa de 9 votos favoráveis e nenhum veto dos cinco membros permanentes (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido). A aprovação final é da Assembleia Geral, tradicionalmente por aclamação. A eleição se realiza em setembro de 2026 e a posse do novo(a) SG está prevista para janeiro de 2027, com mandato de 5 anos, admitindo uma reeleição. Os *Cadernos* vão acompanhar e trarão periodicamente informações aos leitores sobre este tema de incontornável importância para a governança global e dada a poderosa influência desta sobre a saúde humana e planetária.

Na **OMS,** haverá *eleições para Diretor(a)-Geral* em maio de 2027, para substituir Tedros Adhanom, que encerra seu segundo mandato em agosto do próximo ano. Parece que falta ainda muito tempo, mas a movimentação das candidaturas já começa, pois são sempre antecedidas de amplas negociações entre países. Embora o edital oficial de indicações esteja previsto para abril de 2026 e nenhum candidato tenha se declarado formalmente, os rumores no cenário da saúde global já estão a todo vapor, circulando os nomes de pelo menos 12 candidatos, de Jacarta a Berlim. Vamos acompanhar de perto todo o processo pois há um candidato brasileiro de peso, o dr. *Jarbas Barbosa, atual diretor da OPS*, com grandes chances, por ser um técnico de altíssima competência, ter visibilidade internacional e vir da América Latina, região que há muito não dá um DG para a OMS. A revista *Health Policy Watch* fez uma matéria especulando sobre candidaturas e descrevendo o perfil dos candidato(a)s, que pode ser acessada em https://healthpolicy-watch.news/want-to-become-who-director-general/.

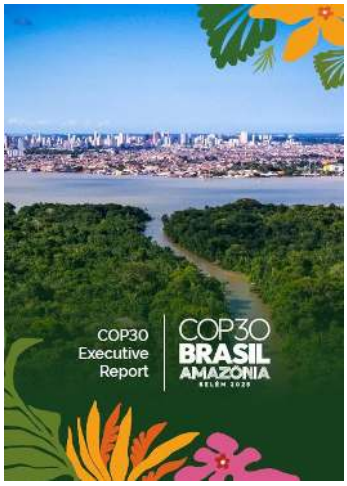
A 70ª Sessão da ***Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW70)***, realizada de 9 a 19 de março de 2026 em Nova York, é o principal fórum global da ONU focado na igualdade de gênero, focando no acesso à justiça para mulheres e meninas, empoderamento de mulheres idosas e o enfrentamento de violências.

O destaque da CSW70 em 2026 foi o *Acesso à Justiça*, buscando garantir e fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas, inclusive promovendo sistemas jurídicos inclusivos e equitativos, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias e abordando barreiras estruturais, a eliminação de barreiras legais e a garantia de direitos. O documento final foi aprovado por maioria, com o Brasil atuando ativamente, mantendo referências a direitos sexuais e reprodutivos e reconhecendo o papel de mulheres afrodescendentes. Lideranças globais, entre as quais a delegação brasileira, barraram propostas que representariam retrocessos no documento final, reafirmando direitos à identidade de gênero e combate à impunidade de agressores. O encontro incluiu diversas reuniões, com destaque para a participação da sociedade civil, ativistas e iniciativas de empoderamento. O grupo sobre saúde da mulher abordará os resultados do CSW70 no próximo fascículo dos *Cadernos*.

Eleições no mundo em 2026

Para informação geral dos nossos leitores sobre *democracia e eleições*, buscamos referência sobre o que vai pelo mundo em 2026. Valemo-nos do trabalho publicado pelo *Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil*, que contém informações sobre todos os processos eleitorais para executivos e legislativos programados, e que está acessível em https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Janeiro/eleicoes-no-mundo-temporada-de-2026-ja-esta-aberta

Presidência brasileira da COP 30 divulga Relatório Executivo



A Presidência da COP30 divulgou na tarde de 19/03, em Brasília, o **Relatório Executivo** da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada em Belém, documento que consolida os principais resultados políticos, normativos e de implementação, bem como os compromissos que orientarão o trabalho da Presidência nos próximos meses para manter o impulso da ação climática global. Veja a notícia em https://cop30.br/pt-br/relatorio-executivo-da-cop30. Acesse o documento integral em: file:///C:/Users/vpsgri/Downloads/COP30_Executive_Report_EN_March2026.pdf. Nossos analistas se debruçarão sobre o documento e apresentarão suas análises no próximo fascículo do Caderno.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das Nações Unidas, ***Alcázar,*** comenta que a próxima pandemia encontrará um mundo despedaçado pelas guerras, sufocado pela mudança climática, insustentável pela fome e a pobreza, impossível pelas inequidades, quebrado pela desgovernança, perdido pela própria vontade. Quantos morrerão? É preciso dizer não à barbárie dos governos fora da lei, que agem como se não houvesse um amanhã. É preciso opor-se a matança e cobrar reparações por toda a destruição em andamento.

A **guerra entre Israel e os EUA contra o Irã** está engolfando todo o Oriente Médio e pode escalar para uma guerra global. As consequências econômicas já são graves e podem se tornar catastróficas. Para ***Sachs & Fares***, a *segurança coletiva na região*, imprescindível para haver paz, poderia ser alcançada por meio de *cinco medidas interligadas*. Primeiro, os Estados Unidos e Israel encerrariam imediatamente a agressão armada em toda a região e retirariam suas forças. Segundo, o Irã interromperia seus ataques retaliatórios contra os países do Conselho de Cooperação do Golfo e voltaria a submeter-se ao monitoramento da Agência Internacional de Energia Atômica no âmbito de um Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA) revisado – acordo que o presidente Trump abandonou de forma imprudente em 2018. Terceiro, o Estreito de Ormuz seria reaberto mediante acordo mútuo entre o Irã e os países do Conselho de Cooperação do Golfo. Quarto, a solução de dois Estados seria imediatamente implementada por meio da admissão da Palestina como membro pleno das Nações Unidas. Israel teria de pôr fim à ocupação da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental e retirar suas forças do Líbano e da Síria. Quinto, o reconhecimento pela ONU do Estado da Palestina serviria de base para um amplo processo

regional de desarmamento de todos os atores armados não estatais, verificado sob monitoramento internacional. O resultado final seria um retorno ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas. O artigo original, de 16/03, pode ser acessado em no site https://www.commondreams.org/opinion/how-to-end-the-iran-war e a tradução ao português neste fascículo

Buss, Reges, Magalhães e Alcázar afirmam que "*o mundo continua despreparado para enfrentar a próxima pandemia*" Os autores analisam as condições políticas, sociais, econômicas e ambientais vigentes, por meio do exame de informes globais recentes de instituições das Nações Unidas (Secretário Geral e UNEP), grupos de pesquisa (grupo sobre iniquidades, liderado por T. Piketty), ONGs (Oxfam), além do CEPI e Missão dos 100 dias, e alertam que as condições que levaram à pandemia de Covid19 não só permanecem, como pioraram. Concluem que sem um compromisso renovado com o multilateralismo, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, o mundo está, na prática, brincando com fogo. Os sinais de alerta são claros. A questão é se o mundo está disposto a agir antes que as chamas se alastrem novamente.

Para ***Garay*** a física moderna revela que a persistência da matéria e a evolução das estruturas cósmicas dependem de equilíbrios finamente calibrados entre forças e parâmetros fundamentais. A estabilidade quântica impede o colapso dos átomos; a expansão cosmológica ocorre dentro de condições estreitas que permitem a formação de galáxias e da vida. A humanidade existe dentro de uma janela histórica e cosmológica rara, na qual as origens e a dinâmica do universo ainda permanecem empiricamente observáveis. Em seu artigo, o autor argumenta que o princípio estrutural subjacente à estabilidade física — o equilíbrio dinâmico entre tendências opostas — oferece uma analogia profunda para os sistemas éticos. Com base nos trabalhos de Albert Einstein, Edwin Hubble, Max Planck, Werner Heisenberg e Richard Feynman, e relacionando essas ideias ao movimento SHEM (Sustainable Health Equity Movement), propomos que a equidade sustentável representa o análogo ético do equilíbrio físico. A convergência entre física e ética em torno do princípio do equilíbrio sugere um quadro unificador para a sustentabilidade planetária.

O informe de ***Equit. Negri Filho e Gaspar*** analisa os resultados da *61ª sessão do* ***Conselho de Direitos Humano****s (CDH/HRC)* com foco nas semanas 2 e 3, no Debate Geral, nos painéis temáticos sobre cultura de paz, financiamento do desenvolvimento e direitos das pessoas com deficiência, e nos diálogos sobre Belarus, Irã, Venezuela e Myanmar. Entre os destaques, foram abordadas a crise financeira do sistema multilateral, padrões de violações de direitos humanos, proteção de civis e crianças em conflitos armados, e desafios de responsabilização à luz do direito internacional.

O artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão,*** sobre a **OMS** analisa três dinâmicas recentes que ilustram desafios estruturais da saúde global contemporânea. O primeiro tema aborda o adiamento da *revisão do status de eliminação do sarampo nos Estados Unidos*, destacando a relação entre queda das coberturas vacinais, ressurgimento de surtos e tensões entre critérios técnicos e pressões políticas na governança sanitária internacional. Já o déficit de financiamento na oitava reposição de recursos do *Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária*, evidencia mudanças na arquitetura financeira da saúde global, marcadas pela retração de doadores tradicionais, maior participação de países implementadores e expansão do financiamento filantrópico. Examina-se *impactos sanitários da escalada do conflito no Oriente Médio*, incluindo deslocamentos populacionais, ataques a serviços de saúde, riscos ambientais e pressões sobre sistemas de saúde fragilizados. Em conjunto, os temas revelam como fatores

políticos, econômicos e geopolíticos influenciam a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e das instituições multilaterais diante de desafios globais complexos.

Na área de **ambiente e saúde**, ***Magalhães e Galvão*** analisam, a partir de relevantes informes globais*, a interconexão crescente entre conflitos armados, degradação ambiental e impactos na saúde*, demonstrando que essas três dimensões formam uma crise sistêmica global. O aumento do número e da duração dos conflitos, que atingiram cerca de 130 guerras ativas em 2024, tem provocado mortes, deslocamentos massivos e colapso de sistemas de saúde, além de intensificar *a destruição de ecossistemas e a contaminação de solo, água e ar.* Ao mesmo tempo, as *mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais* atuam como fatores que ampliam tensões sociais e podem alimentar novos conflitos, especialmente em regiões vulneráveis como o Sahel, Darfur e a bacia do Lago Chade, todos na África. Os conflitos também contribuem para a *crise climática por meio de emissões militares* significativas e da destruição de infraestrutura, que exige nova exploração de recursos naturais para reconstrução. Esse ciclo de retroalimentação resulta em *graves impactos à saúde*, incluindo aumento de doenças infecciosas, desnutrição, deslocamento populacional e crises de saúde mental. Diante desse cenário, o relatório defende a necessidade de um novo contrato social e ambiental que integre políticas de paz, ambiente e saúde, amplie o financiamento climático para populações vulneráveis e incorpore as emissões militares nas políticas climáticas internacionais.

Peres e Tobar analisam que a aprovação, pelo Senado argentino, da chamada *Ley de Modernización Laboral*, em um contexto de melhor popularidade do *governo Javier Milei*, e a publicação, menos de uma semana depois do Decreto da *Presidente do México, Claudia Sheinbaum*, alterando a Constituição do país para reduzir a jornada de trabalho, mostram cenários distintos vivenciados no mundo do trabalho da América Latina, na atualidade. Essas reformas refletem *duas tendências na região*: expansão e garantia de direitos trabalhistas (México); e flexibilidade e redução dos custos trabalhistas, com impactos diretos e indiretos sobre direitos e redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores (Argentina). O impacto real de tais medidas, na região, dependerá de fatores estruturais como o enfrentamento à informalidade, a capacidade institucional do Estado de preservar as redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores e de políticas que protejam a saúde e os direitos trabalhistas frente às transformações no mercado de trabalho, no contexto da crise do capitalismo contemporâneo. Sob esta perspectiva, a *experiência mexicana* pode influenciar debates no sentido da promoção do trabalho decente na América Latina e, dessa forma, contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis. Enquanto a *experiência argentina* revela a possibilidade de vivermos um agravamento do desequilíbrio estrutural entre capital e trabalho, sobretudo no que diz respeito aos princípios protetivos historicamente conquistados por trabalhadores latino-americanos a partir da segunda metade do século XX.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** analisa a escalada recente do **conflito no Oriente Médio**, que tem gerado impactos significativos sobre a saúde pública e a situação humanitária na região. De acordo com a **Organização Mundial da Saúde (OMS),** os ataques armados têm provocado milhares de mortes, elevado número de feridos e crescente sobrecarga dos sistemas de saúde, agravada por ataques a instalações médicas, restrições de acesso a serviços e interrupções no fornecimento de medicamentos e equipamentos. O conflito também tem provocado **deslocamentos forçados em larga escala**, especialmente no Irã e no Líbano, resultando em superlotação de abrigos, deterioração das condições sanitárias e aumento do risco de doenças infecciosas, particularmente entre grupos

mais vulneráveis. Nesse contexto, organismos internacionais como o **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)** e a **Organização Internacional para as Migrações (OIM)** alertam para o agravamento da crise humanitária e para o risco de novos fluxos de deslocamento caso haja intensificação das tensões. As organizações destacam a necessidade de ampliar o financiamento humanitário, garantir a proteção de civis e dos serviços de saúde e assegurar o acesso da ajuda humanitária. De forma geral, as agências internacionais convergem na defesa da redução das hostilidades e da priorização de soluções diplomáticas como medidas essenciais para mitigar os impactos humanitários e sanitários e promover a estabilidade regional.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Vilellai, Massari e Gomes*** apresentam a 70ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU (CSW70), realizada entre 9 e 19 de março de 2026, em Nova York, destacando seu papel como principal fórum global de formulação de políticas para igualdade de gênero. Com o tema prioritário "garantir e fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas", a sessão reúne governos, agências da ONU e sociedade civil para debater barreiras estruturais, violência de gênero, discriminação legal e desigualdades no acesso a sistemas judiciais. O texto descreve a estrutura do evento, que inclui preparação técnica, negociações intergovernamentais e centenas de eventos paralelos, além de apresentar como principal resultado as "Conclusões Acordadas", que orientam políticas globais. O texto também traz o tema do Dia Internacional das Mulheres, ressaltando que mulheres ainda têm menos direitos legais e enfrentam maiores obstáculos no acesso à justiça.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson e Oliveira*** refletem sobre dois eventos ocorridos na primeira quinzena de março: a *39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39)* e o *Dia Internacional das Mulheres.* Ambos os temas estão estreitamente ligados com a segurança alimentar e nutricional global, do protagonismo regional da América Latina e Caribe e no papel central das mulheres como agentes transformadoras dos sistemas alimentares, para que sejam efetivamente saudáveis, sustentáveis e justos.

Analisando as **instituições financeiras internacionais**, ***Cazumbá*** aponta que em meio a mais um conflito no Oriente Médio, a escalada de incertezas na economia e no comércio internacional voltaram a subir. *Kristalina Georgieva*, diretora-geral do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** fez algumas considerações a respeito deste cenário, mostrando preocupação com as instalações de petróleo danificadas e com o bloqueio do Estreito de Ormuz, indicando que mais um teste de resiliência virá para os países, mesmo que o conflito acabe rapidamente.

O informe de ***Tavares*** apresenta um quadro geral sobre as perspectivas do **Novo Banco de Desenvolvimento (NDB ou Banco dos BRICS)** para 2026. Esse cenário confirma o foco do Banco em seu mandato principal, na promoção do desenvolvimento sustentável e soberano das nações do Sul Global. Além disso, as perspectivas para 2026 incluem as estratégias do Banco; suas principais metas; a composição do seu portfólio do ponto de vista financeiro, bem como na perspectiva de ampliação e diversificação da sua carteira de Projetos. A ampliação geográfica, com inclusão de novos países membros, também é citada como estratégica. A manutenção de mecanismos alternativos de financiamento, com a utilização de moedas locais dos países para a redução do peso do dólar nos empréstimos do Banco, é considerada central. As perspectivas de uma ampliação e diversificação dos setores atuais de atuação do Banco apontam para a possibilidade de uma maior participação do setor saúde nos futuros financiamentos de novos projetos.

Chamas e Cesário analisam a **14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC (MC14),** prevista para ocorrer em março de 2026, em Yaoundé, Camarões, situando o evento no contexto mais amplo das transformações do comércio internacional, da inovação tecnológica e das tensões geopolíticas contemporâneas. A Conferência, órgão máximo decisório da OMC, reúne representantes dos membros para deliberar sobre temas estratégicos como reforma institucional, agricultura, subsídios à pesca, comércio e desenvolvimento e transferência de tecnologia. O encontro ocorre em um momento considerado decisivo para a Organização, diante das críticas ao sistema multilateral de comércio e da necessidade de fortalecer sua credibilidade e capacidade de resposta a desafios globais. O artigo também examina tendências recentes nos depósitos internacionais de patentes, destacando a concentração da atividade inventiva em tecnologias digitais, especialmente comunicação digital e semicondutores, com liderança da China e crescente protagonismo de empresas asiáticas. Paralelamente, discute a relevância dos minerais estratégicos da transição energética, cuja exploração e processamento oferecem oportunidades de desenvolvimento para regiões como a América Latina, embora persistam desafios relacionados à inclusão econômica, especialmente da participação feminina nas cadeias de valor minerais. Por fim, o texto aborda os impactos das disrupções no estreito de Ormuz sobre o comércio marítimo global. A queda abrupta no trânsito de navios elevou preços de energia, fretes e seguros, evidenciando a vulnerabilidade dos pontos críticos do transporte marítimo e seus efeitos sobre cadeias globais de suprimento, segurança energética e estabilidade econômica, particularmente em economias em desenvolvimento.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** apresenta uma síntese das agendas de 30 **organizações da sociedade civil (OSC)** monitoradas entre 27 de fevereiro e 12 de março de 2026. Entre os temas centrais, destacam-se as crises humanitárias e os conflitos armados, com ênfase nos seus impactos sobre civis, sistemas de saúde, insegurança alimentar e deslocamentos forçados, especialmente no Oriente Médio e na África. As OSC mencionam também os determinantes sociais da saúde, a desigualdade de gênero, as dificuldades de acesso à água e saneamento, os direitos reprodutivos, a alimentação saudável e a regulação de produtos nocivos à saúde. Os direitos humanos e a justiça social seguem no centro da agenda das *OSC de interesse público*. No que concerne às *OSC de interesse privado,* predominam as manifestações sobre preparação para pandemias, financiamento internacional, vacinas, doenças crônicas, saúde mental, inteligência artificial e reformas na governança global da saúde. Curiosamente, no último período, a crise climática foi objeto de manifestação de uma única organização. Em síntese, na última quinzena, a saúde global continua atravessada por crises simultâneas — sanitárias, geopolíticas, econômicas e sociais — e a sociedade civil continua tendo papel importante na produção de evidências e na pressão política, ainda que com limitações.

De Negri e De Negri Filho analisam as disputas trabalhistas na América Latina – retrocessos na Argentina, Equador e Panamá contrastando com avanços no México, Colômbia e Brasil; a mobilização sindical no Reino Unido pelo direito à alimentação; os impasses na Convenção Fiscal da ONU; novas evidências sobre desigualdade e emissões de GEE no Brasil; o relatório da ONU sobre "falência da água"; a crise hídrica em São Paulo agravada pela privatização da Sabesp; e o significado da decisão sobre Vanuatu para o direito internacional climático. Abordam a estratégia "Economics of Health for All" da OMS, o manifesto do 8 de março do "Movimento Popular pela Saúde", os impactos do bloqueio a Cuba, a continuidade do genocídio em Gaza com as práticas de medicide e ecocide, e os ataques ao Irã denunciados por movimentos de saúde. O informe evidencia como as crises climática, hídrica, fiscal e sanitária

estão conectadas pela mesma lógica imperialista e de financeirização, e como os movimentos sociais e sindicais voltam a ocupar centralidade na resistência.

Ungerer, Kastrup e Monteiro relatam que o **Sul Global** vem consolidando uma ofensiva diplomática para reformar a governança global. Nesse cenário, o **UNOSSC** evolui de entidade administrativa para um centro de inteligência financeira, gerindo fundos estratégicos (PGTF, IBSA, Índia-ONU) e fomentando corredores digitais para assegurar a soberania de dados do Sul. As declarações do **G-77 e China** no período reafirmam a centralidade do desenvolvimento e da erradicação da pobreza nas reformas da ONU. O Grupo defendeu processos liderados por Estados-membros, exigindo democratização tecnológica, justiça orçamentária e maior representação geográfica para garantir a implementação de mandatos essenciais. O **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** se consolida como promotor do multilateralismo, defendendo a segurança regional e a reforma da ONU80, enquanto lidera a resistência ao protecionismo na OMC. Paralelamente, seu movimento jovem (**NAMYO)** reforça o protagonismo de 1,2 bilhão de jovens na Agenda 2030, defendendo o acesso à educação e ao trabalho digno.

O **Brasil,** por meio da **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**, vem liderando projetos de alto impacto, como a formação de recursos humanos em saúde com Angola, a capacitação em reanimação neonatal em Moçambique e a projeção, via Fiocruz, da expansão do ensino técnico em Luanda. Na agenda socioambiental, o novo acordo Brasil-FAO expande o modelo de alimentação escolar do FNDE, enquanto a parceria com o Peru foca no trabalho decente na Amazônia sob supervisão da OIT. Complementarmente, o **Centro Sul** apresentou lições sobre Resistência Antimicrobiana e defendeu a transição da governança tributária global para a ONU. Juntos, esses atores transformam a soberania formal em capacidade operacional, consolidando o Sul Global como polo autônomo na ordem multipolar.

Sobre **BRICS**, ***Hoirisch e Albuquerque*** analisam a presidência da Índia em 2026, destacando sua atuação como líder do Sul Global em um cenário de incertezas geopolíticas e fragmentação econômica. A gestão indiana estrutura-se nos pilares de *Resiliência, Inovação, Cooperação e Sustentabilidade*. Sob o lema "*humanidade em primeiro lugar*", almeja-se uma ordem mundial multipolar e centrada no bem-estar humano. A autora enfatiza a continuidade da agenda brasileira de 2025, especialmente na promoção da saúde e na governança ética de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial. Outro ponto central do informe é a *convergência política entre Brasil e África do Sul*, reafirmada na visita do presidente Ramaphosa a Lula em março de 2026. Este encontro resultou em compromissos assumidos para fortalecer a atenção primária, C,T&I, incluindo P&D de medicamentos e vacinas; o enfrentamento de doenças socialmente determinadas, entre outros. Nesse contexto, destaca-se a cooperação técnica a Fiocruz e instituições sul-africanas, como a Afrigen e a BioVac, no desenvolvimento de vacinas de mRNA sob a égide da OMS e do Medicines Patent Pool. Esta parceria materializa a transferência de tecnologia e o compartilhamento de dados essenciais para a autonomia produtiva de países de baixa e média renda.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa os grupos **G20 e G7,** assim como a **OCDE.** O informe aborda a ativação do site oficial do **G20** pela presidência dos Estados Unidos e detalha o cronograma de reuniões divulgado para 2026. O texto examina as prioridades estratégicas da gestão e a estrutura técnica, composta até então por apenas quatro grupos de trabalho, e manifesta preocupação com a exclusão de diversas pautas, como a saúde global, e com a omissão da África do Sul no novo portal. Os recentes encontros do **G7** focaram nas consequências econômicas da guerra no Oriente Médio, incluindo segurança energética, estabilidade dos mercados e liberdade de navegação. Os líderes coordenaram ações como a

liberação histórica de reservas estratégicas de petróleo pela AIE. Paralelamente, análises indicam possíveis convergências entre G7 e G20 em temas como desequilíbrios econômicos, ajuda ao desenvolvimento e minerais críticos. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a nova publicação derivada de sua pesquisa sobre dívida global, um estudo sobre parceria público-privada no Brasil e outro sobre proteção financeira contra riscos catastróficos e a atualização de dois dos seus índices estatísticos sobre economia mundial.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Brito e Tobar*** analisam como a América Latina é influenciada por três dinâmicas principais. Primeiro, as repercussões internacionais do conflito entre os Estados Unidos e o Irã estão gerando incerteza geopolítica e potenciais impactos econômicos e de segurança para a região. Segundo, persistem tensões políticas internas em diversos países latino-americanos, caracterizadas por polarização, crises institucionais e mudanças nas orientações ideológicas de seus governos. Por fim, o relatório menciona a iniciativa "*Escudo das Américas*", vinculada às estratégias de segurança e cooperação hemisféricas lideradas pelos Estados Unidos, que busca fortalecer a coordenação regional diante de ameaças estratégicas. Em conjunto, esses fatores delineiam um cenário de crescente complexidade geopolítica na América Latina, onde os desafios internos se combinam com as pressões do contexto internacional.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa dinâmicas recentes de **segurança e geopolítica no Sahel e na África Ocidental**, com destaque para a expansão do *Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM),* principal movimento jihadista da região. Fundado em 2017 no Mali, o grupo consolidou-se como força dominante no centro do Sahel e, desde 2019, passou a realizar ataques esporádicos em países costeiros do Golfo da Guiné, como Benim, Togo e Costa do Marfim. Embora essa expansão gere grande preocupação regional, o informe demonstra que ela não constitui prioridade estratégica absoluta para o JNIM, cujas lideranças temem a fragmentação interna e a perda de coesão organizacional. O informe descreve como o JNIM combina centralização estratégica com autonomia operacional local, desenvolvendo formas limitadas de governação em áreas sob sua influência. A expansão territorial oferece vantagens militares, financeiras e simbólicas, mas também acarreta riscos, como o enfraquecimento de bastiões no Sahel, tensões internas e recrutamento pouco confiável. Nesse contexto, os países costeiros são aconselhados a privilegiar ações de inteligência, policiamento comunitário e cooperação regional, evitando respostas exclusivamente militarizadas que podem agravar vulnerabilidades sociais. O texto também examina a reconfiguração geopolítica do Sahel, destacando o reposicionamento dos Estados Unidos após a retração europeia, a presença indireta de atores russos e o papel crescente do Marrocos como parceiro estratégico e mediador regional. A estratégia norte-americana caracteriza-se pelo pragmatismo, pelo diálogo com regimes militares e pela terceirização da segurança. Por fim, o informe amplia o debate ao *tratar o extremismo violento como um problema de saúde pública.* Defende-se uma abordagem preventiva, multissetorial e baseada em evidências, combinando segurança, saúde, educação e políticas sociais. Embora reconheça os limites e desafios dessa abordagem, o texto sustenta que ela pode contribuir para respostas mais sustentáveis à violência extremista.

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** alerta que a nova guerra do Golfo atingiu um nível crítico com o fechamento do Estreito de Ormuz, pelo Irã, por onde passa 20% do petróleo mundial. Como consequência, o preço do barril disparou, gerando uma ameaça inflacionária global. Em resposta imediata, um grupo de países liberou reservas estratégicas para tentar estabilizar o mercado. A crise também impulsionou a **União Europeia** a retomar o investimento em *energia nuclear*, com foco em *Pequenos Reatores Modulares (SMRs)* até 2030, visando

reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O conflito expôs rachaduras nas alianças tradicionais e mudanças táticas surpreendentes, como a suspensão temporária, por Donald Trump, das sanções ao petróleo russo para conter os preços internos, decisão duramente criticada por trazer fôlego financeiro para a invasão russa na Ucrânia. O mesmo Donald Trump que outrora criticava e impunha tarifaços à União Europeia, agora busca apoio dos Estados-membros para sua guerra sem coalizão. Na falta de apoio e adesão, o presidente estadunidense ameaça o futuro da OTAN. O cenário revela uma vulnerabilidade estratégica dos EUA, que se viram forçados a beneficiar a economia russa para evitar um colapso energético doméstico. Ao mesmo tempo, a crise reforça a urgência da transição ecológica, evidenciando que a dependência de combustíveis fósseis é dos principais gargalos da segurança das nações.

Já ***Marques***, no seu informe sobre **Ásia e Oriente Médio,** informa que a presidência rotativa da **ASEAN** em 2026 está com as *Filipinas*. E, ao que parece, Filipinas estão imprimindo a agilidade que esses tempos de esquentamento geopolítico e de várias guerras exigem. Para a ASEAN, resiliência não é mais uma aspiração, será o escudo principal. E é preciso agilidade. *Segurança e paz, prosperidade e empoderamento* são os motes da presidência filipina, no ideal e no papel. Para que saia do papel, a união desses 11 países diversos será fundamental. Terão que suplantar as divergências, rivalidades e animosidades entre países membros, como Camboja e Tailândia, que têm problemas/conflitos na fronteira, ou entre países parceiros, como Filipinas e China, que disputam áreas no Mar Meridional da China. Duas reuniões ministeriais já aconteceram e declarações foram emitidas, envolvendo questões preocupantes decorrentes da guerra no Oriente Médio, como energia e segurança alimentar. Também estão preocupados com as "investigações" americanas, subterfúgio para voltar a taxar países, inclusive aliados de peso. Sobre a **guerra no Oriente Médio**, o conflito já atingiu 14 países na região, mas os mais atingidos são o Irã e o Líbano, além de Gaza, claro. Desde 28 de fevereiro, já são centenas de mortes e milhares de feridos. OMS alerta que já é grande os impactos nos serviços de saúde e nas ajudas humanitárias. Já são milhares de deslocados. Bilhões gastos para matar pessoas, mulheres e crianças e insuflando ressentimentos. São inúteis as tentativas de bom senso contra a loucura, conclui a autora.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** destacam autoridades da China se reuniram para as *Duas Sessões*, as reuniões do *Conselho Nacional* e do *Legislativo Nacional*, e expôs um orçamento orientado para a diplomacia e para a ciência e tecnologia, com leve queda no aumento das rubricas militares. Foi aprovado ainda o novo *Código Ecológico*, que reúne inúmeras leis e visa criar uma jurisprudência reforçada para os mais variados temas ambientais, que incluem, por exemplo, poluição eletromagnética. É o segundo documento do tipo no país, tendo sido o primeiro o Código Civil de 2020. Em uma das reuniões da semana de atividades nacionais, o presidente Xi Jinping dedicou-se a falar do tema da *saúde*, e argumentou que metas de saúde estão intrinsecamente relacionadas com a modernização do país. Em coletiva de imprensa, o chanceler Wang Yi afirmou que o governo da China mantém "total confiança no futuro da humanidade" e fez críticas ao hegemonismo. O avanço dos serviços de saúde e do turismo de forma geral tem levado ao aumento do turismo médico da China, que une técnicas modernas, preços baixos e hotelaria de alto padrão.

Sobre os **EUA**, ***Luiz Augusto Galvão*** descreve os principais desenvolvimentos recentes na política de saúde global dos Estados Unidos. São apresentados: o andamento dos acordos bilaterais de saúde (Memorandos de Entendimento — MoUs) firmados no âmbito da Estratégia *America First Global Health Strategy*; os dados sobre compromissos de cofinanciamento por país; o status dos recursos científicos aprovados pelo Congresso para o NIH e agências

correlatas; as mudanças na política de financiamento de pesquisas sobre vacinas; a contribuição de universidades norte-americanas — em particular a Escola de Saúde Pública da Universidade de Boston (BUSPH) e a Universidade Washington em St. Louis (WashU) — para o debate sobre adaptação da saúde global; e as dimensões jurídicas e institucionais da retirada formal dos EUA da Organização Mundial da Saúde (OMS). O texto baseia-se em publicações de referência como KFF, *Health Affairs*, *Think Global Health* (Saúde Global JH), *Health Policy Watch* (Golden Fish), *The Lancet Global Health*, BUSPH, WashU e outras fontes especializadas.

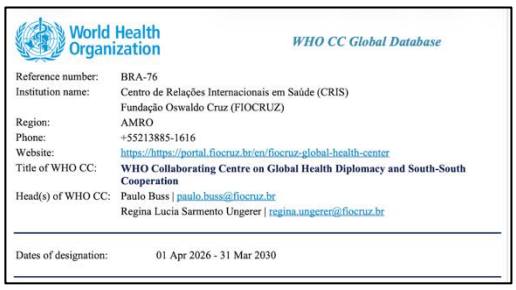
A seção **ESTANTE** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.



Seminários Avançados da Fiocruz discutem direitos humanos e saúde em 25 de março



Fiocruz redesignada pela 3ª vez como *Centro Colaborador da OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul* para o período de 2026-2030



World Health Organization — WHO CC Global Database

Reference number:	BRA-76
Institution name:	Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Region:	AMRO
Phone:	+55213885-1616
Website:	https://https://portal.fiocruz.br/en/fiocruz-global-health-center
Title of WHO CC:	**WHO Collaborating Centre on Global Health Diplomacy and South-South Cooperation**
Head(s) of WHO CC:	Paulo Buss | paulo.buss@fiocruz.br Regina Lucia Sarmento Ungerer | regina.ungerer@fiocruz.br
Dates of designation:	01 Apr 2026 - 31 Mar 2030

Já está disponível no portal dos Centros Colaboradores da OMS a confirmação da terceira redesignação do **Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul** na Fiocruz. A carta oficial de redesignação chegou às mãos do presidente Mario Moreira e as atividades previstas no novo plano de trabalho já estão em pleno desenvolvimento.

Designado originalmente em 2014 como Centro Colaborador da OMS para a Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, foi o primeiro centro com funções específicas voltadas para a cooperação horizontal. Desde o início, seus termos de referência e atividades estiveram estritamente vinculados ao Programa Geral de Trabalho (GPW) da OMS e ao Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

O Centro destaca-se, desde o início, pela disseminação de conhecimento em diplomacia da saúde e pela implementação da cooperação Sul-Sul, com ênfase nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Esta designação terminou em 2018 e o Centro Colaborador foi encaminhado para sua primeira redesignação (2019 a 2022). Por ocasião de sua segunda redesignação (2023 a 2026), o nome de Centro Colaborador foi modificado para *Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul*, o único Centro Colaborador da OMS dedicado à Diplomacia da Saúde Global. Em março de 2026, o Centro Colaborador foi redesignado para o seu terceiro ciclo (2027 a 2030).

Compromissos e atividades estratégicas – Neste novo período, o Centro Colaborador contribuirá com a OPAS/OMS por meio da gestão do conhecimento e do multilinguismo, visando consolidar a Cooperação Sul-Sul e o fortalecimento dos sistemas de saúde, proporcionando o desenvolvimento de teorias e práticas de saúde global e diplomacia da saúde.

Essa iniciativa será operacionalizada por meio de *seminários avançados quinzenais*, que promovem análises sistemáticas da governança internacional e regional, bem como dos contextos geopolíticos globais. Adicionalmente, o Centro manterá a produção regular de relatórios técnicos e materiais informativos, provendo análises estratégicas para atores nacionais e internacionais em todo o mundo, veiculados pelos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.*

Conselho Nacional de Saúde lança Documento Orientador da 18ª Conferência Nacional de Saúde

Na semana que se comemora os 40 anos da histórica ***8ª. Conferência Nacional de Saúde*** (Brasília, 17-21 de março de 1986), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) lança o documento orientador da ***18ª. Conferência Nacional de Saúde*** 18-CNS-Documento-Orientador-V..., que se realizará em junho de 2027, em Brasília.

A *etapa municipal* da 18ª CNS começa em 16 de março, e seguirá até 4 de julho, envolvendo conselhos de saúde, gestores, trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) nos 5.570 municípios brasileiros.



Com o tema: "*Saúde, Democracia, soberania e SUS — cuidar do povo é cuidar do Brasil*", a 18ª busca mobilizar conselheiras e conselheiros de saúde e a sociedade civil para discutir os rumos do sistema público de saúde. O objetivo é fortalecer a participação social e construir propostas que contribuam para o aprimoramento das políticas públicas de saúde, reafirmando a relação entre democracia, controle social e o direito universal à saúde.

Quatro *Eixos Temáticos* compõem a *18ªCNS:* (1) Democracia, saúde como direito e soberania nacional; (2) Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social; (3) Os desafios para o SUS na agenda nacional de defesa da vida e da saúde, incluindo emergências climáticas e justiça socioambiental; (4) Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral.

As *etapas* da 18ª CNS e respectivos *cronogramas* incluem: *Municipais* (16 de março a 4 de julho de 2026); *Estaduais, Distrital e Conferências Livres Nacionais* (janeiro a abril de 2027); *Nacional* (junho de 2027), em Brasília.

As conferências são espaços históricos de participação social no SUS e têm papel estratégico na definição de prioridades para o planejamento das políticas públicas. As propostas aprovadas poderão orientar instrumentos como os Planos Plurianuais (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e os planos de aplicação de recursos dos fundos de saúde. A expectativa do CNS é que o processo da 18ª. mobilize milhares de participantes em todo o país, fortalecendo o debate público e a construção coletiva de propostas para o futuro do Sistema Único de Saúde.

Brasil comemora 40 anos da 8ª. Conferência Nacional de Saúde

Divulgamos neste fascículo dos Cadernos a nota do ***Conselho Nacional da Saúde*** que comemora e celebra os 40 anos da Oitava, evento decisivo para estabelecer os compromissos políticos de dirigentes e sociedade civil em torno dos princípios que viriam a estabelecer o Sistema Único de Saúde na Constituição Federal de 1988 e, mais tarde, em 1990, na Lei 8.080.

Não deixe de ler a nota na pg. 254 deste Caderno. Na foto abaixo, a mesa dirigente, com José Sarney (presidente da República), Roberto Santos (Ministro da Saúde) e Sérgio Arouca (presidente da Comissão Organizadora da Conferência, entre outros.



Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil



A 1ª *Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1ª Conferência Nacional ODS)*, que se realiza em Brasília, de 29 de junho a 02 de julho de 2026, tem como propósito central sensibilizar, mobilizar e formar amplamente a sociedade brasileira em torno do debate público sobre a *Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Busca-se, com máxima legitimidade, representatividade e participação social, promover um amplo processo democrático de construção de propostas e estratégias para implementação efetiva dos ODS em território nacional, bem como a promoção do letramento dos cidadãos e cidadãs sobre a Agenda 2030 e os ODS. Acesso a todas as informações sobre a Conferência em: 1ª Conferência Nacional ODS

Dia Mundial da Água, 22 de março



O precioso e imprescindível bem que nos oferece a natureza, a água, é comemorada todos os anos em 22 de março. É hoje um bem cada vez mais escasso e disputado, e muitos querem transformá-la em mais uma mercadoria, e não tratá-la como um bem público global, como de fato é. Neste ano, as comemorações contarão com o lançamento, em 19 de março, do *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento da Água 2026*, abordando o tema *Água para Todos: Igualdade de Direitos e Oportunidades*, que lança luz sobre disparidades persistentes no acesso à água e enfatiza caminhos concretos para uma governança da água mais justa, inclusiva e sustentável. (Ver: programação *World Water Day* na **UN WEBTV**, dias 19 e 20/03). No próximo fascículo dos *Cadernos*, acesso e análise do Relatório Mundial.

Marcus Lacerda, pesquisador brasileiro, assume TDR



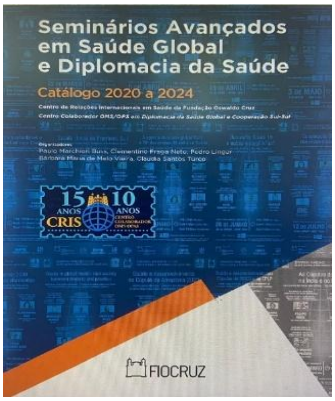
Ele tomou posse como novo diretor do *Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR)* da *Organização Mundial de Saúde (OMS),* credenciado pela sua experiência territorial na Amazônia e institucional na Fiocruz Amazônia e no Instituto de Medicina Tropical de Manaus. “Estou ansioso para avançar com a Estratégia TDR 2024-2029 e apoiar esforços para traduzir evidências em impacto, especialmente onde as necessidades são maiores. Estou ansioso para fazer parcerias com países e comunidades para fortalecer a capacidade, apoiar a liderança local e construir sistemas sustentáveis que perdurem”, declarou o novo diretor. Na foto, com a equipe de 30 profissionais que compõem o TDR, na sede em Genebra.

***Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia de Saúde* há 6 anos servindo a comunidade global**



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 130 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos *Cadernos* estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os dois primeiros, sobre "Geopolítica, saúde global e diplomacia da saúde" (04/02) e "Situação demográfica e epidemiológica global" (25/02), já estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

América Latina perde uma de suas grandes sanitaristas: Rocío Saenz



Nossa querida *María del Rocío Sáenz Madrigal* faleceu subitamente no domingo, 15 de março de 2026, em Santiago de Puriscal, em San José, à noite. Nascida em 2 de maio de 1958, tinha 67 anos. Médica, política e professora universitária, atuou como Ministra da Saúde da Costa Rica (2002-2006) e como presidente executiva do Fundo de Previdência Social da Costa Rica (CCSS) (2014-2017). Sáenz obteve seu diploma de medicina pela Universidade da Costa Rica (UCR) em 1996 e um mestrado em saúde pública pela Universidade La Salle, no México. Professora na Faculdade de Medicina da Universidade da Costa

Rica, coordenava o tema Políticas Públicas no Programa de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para a América Central (SALTRA) e consultora internacional. Esteve na origem da ALASAG (Aliança Latino-americana de Saúde Global) e atualmente coordenava a HENA/RAES (Rede para a Equidade em Saúde nas Américas. Ela publicou mais de 60 artigos, a maioria relacionada à promoção da saúde, políticas de saúde e sistemas de saúde.

====*====

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "estranha mania de ter fé na vida"; como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, nos guiamos pelo "pessimismo da razão e o otimismo da vontade".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os Seminários Avançados são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 19 de março de 2026

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar
Editor e editoras-associadas
Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

